

Estados podem ser atendidos

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, admitiu ontem que o limite de pagamento da dívida externa do estados poderá ser reduzido e que o governo poderá abrir mão do superávit de 0,07% no Orçamento de 1989. "Em princípio, o grande sinal que o governo tem que dar é que vai zerar o déficit público", afirmou, em entrevista no final do almoço com empresários latino-americanos, em Brasília.

Maílson explicou que o limite de rolagem da dívida dos estados e municípios está sendo discutido com o presidente da República, considerando as dificuldades de negociação no Congresso Nacional e as conveniências de continuar o ajuste fiscal. "Os estados têm um papel preponderante nesse processo e da discussão em torno dessas realidades é que vai sair a proposta para a rolagem das dívidas", disse. "A decisão se vai ou não haver mudança cabe ao presidente".

A redução do limite de pagamento da dívida de 25% para 15%, como deseja o Congresso, segundo Maílson da Nóbrega, depende do corte de outras despesas, já que a Constituição prevê que o aumento de gastos no orçamento deve ser acompanhado da indicação de fontes de receita. "O corte de despesas não pode ser feito em pessoal, serviço da dívida e transferência para estados e municípios", adiantou o ministro.

Limite tolerável — Segundo Maílson, os empresários que discutem o pacto social — negociação entre empresários, governo e trabalhadores para reduzir a inflação — temem que uma mudança na questão do pagamento da dívida dos estados e municípios possa prejudicar o ajuste fiscal e, conseqüentemente, o combate à inflação. Para o ministro, uma negociação no pagamento da dívida dos estados — "a um limite palatável, tolerável, possível de ser suportado pelos estados", afirmou — não significa que venha a prejudicar o programa de ajuste fiscal.